



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS IST, DO HIV/AIDS E DAS HEPATITES VIRAIS  
SRTVN Quadra 701, lote D, Edifício PO700 – 5º andar  
70.719-040 – Brasília - DF  
Telefone: (61) 3315-7734

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PRÉVIA AO INÍCIO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PRESERVATIVOS FEMININOS**

Aos seis dias de outubro de 2017, às 9h40min, reuniram-se no auditório do Edifício PO700, em Brasília/DF, representantes do Ministério da Saúde (MS) - Departamento das IST, HIV/Aids e Hepatites Virais (DIAHV), do Departamento de Logística em Saúde (DLOG) e Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis (DEVIT), representantes da Sociedade Civil e representantes das empresas: SEMINA, EQUILIBRIO, HOSPFAR e FBM, conforme lista de presença anexa, para audiência pública prévia ao início do processo de registro de preço de preservativos femininos, conforme publicado no Diário Oficial da União em 21/09/2017.

A audiência pública teve o objetivo de discutir o do termo de referência para registro de preço de preservativos femininos pelo Ministério da Saúde em conformidade com o artigo 39 da Lei 8.666 de 1993. A audiência foi conduzida pelo DIAHV e iniciou-se com a apresentação de todos os participantes seguida da apresentação dos principais pontos do Termo de Referência (TR) publicado no sítio do Ministério da Saúde e do DIAHV. No início da sessão foi informado que a audiência estava sendo gravada, sendo posteriormente aberta a discussão. Os principais questionamentos (Q) e respostas (R) seguem descritos abaixo:

1 (Q - SEMINA) Sobre o item 1 que trata do objeto e descreve o CATMAT, a empresa informou que existe registro de material com sabores e cores. Sendo possível incluir essas características, caso seja interesse do MS.

(R - MS) O Ministério da Saúde (MS) informa que realiza compras para atender o coletivo como política pública e que há dificuldade de estimar consumo para insumos muito específicos como este caso, no entanto o departamento está atento a essas possibilidades.

2 (Q - SEMINA) Ressaltou a necessidade de alteração do cronograma sendo a primeira parcela em até 120 dias e as demais com intervalo mínimo de 45 dias. Quanto a alteração da quantidade de preservativos em cada embalagem secundária de 500 para 200 unidades a empresa afirma que aumenta os custos de frete/transporte (cerca de 25%) além de queda na produtividade. Sugerindo manter em 500 unidades por embalagem secundária.

(R - MS) O ministério se comprometeu a rever o cronograma de entrega de forma que atenda o apontamento da empresa, mas que não comprometa o abastecimento da rede. Informou também que a redução da quantidade por embalagem secundária é uma demanda da rede (estados e municípios) para facilitar a logística até os locais que distribuem esse insumo.

3 (Q - SEMINA). Como fornecedor atual a empresa ressalta que a falta de espaço físico no almoxarifado do MS impactou nas entregas e questiona se essa questão foi sanada.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS IST, DO HIV/AIDS E DAS HEPATITES VIRAIS  
SRTVN Quadra 701, lote D, Edifício PO700 – 5º andar  
70.719-040 – Brasília - DF  
Telefone: (61) 3315-7734

(R - MS) O MS ressalta que o DLOG tem trabalhado para melhorar os recebimentos e distribuições dos insumos estratégicos, mas que, eventualmente, considerando que o almoxarifado atende todos os programas de saúde do MS pode ocorrer readequação dos agendamentos das entregas.

4 (Q - SEMINA). Diante de possíveis alterações de alíquota de impostos a empresa ressalta a necessidade de permitir o reequilíbrio de preço nos contratos futuros.

(R - MS) O DIAHV ressalta que essa questão será avaliada pelo DLOG, mas que desconhece contratos, que não seja de prestação de serviço, com esse tipo de cláusula.

5 (Q - EQUILIBRIO) A empresa também questiona o cronograma de entrega sendo que a primeira parcela deveria ocorrer em até 120 dias e as demais em intervalos de 60 dias. Além disso a empresa propõe a entrega em sete parcelas e não seis como está no TR.

(R - MS) O MS informa que o cronograma será revisto e ressalta que o cronograma do TR trata-se de uma estimativa uma vez que o processo resultará em Ata de Registro de Preço – ARP e que as contratações serão de acordo com a necessidade.

6 (Q - EQUILIBRIO) Sobre o item 1.3.1: seria possível alterar o termo “variância” por “variação”? E ainda verificar a descrição de preservativo lubrificado já que o produto da empresa vem com lubrificante separado.

(R - MS). Sim, será adequado.

8 (Q - EQUILIBRIO). Foi também mencionado problemas de espaço físico no almoxarifado do MS para recebimento de produtos.

(R - MS). Foi reforçada a necessidade de cumprimento dos cronogramas de entrega e reforçada a resposta anterior sobre este mesmo assunto.

9 (Q - EQUILIBRIO). É possível alterar o prazo de reposição para 60 dias?

(R - MS). Será considerada essa adequação.

10 (Q - EQUILIBRIO). Será solicitado certificado de boas práticas do fabricante ou só de Armazenamento e Distribuição?

(R - MS). O MS deixará mais claro no TR essa necessidade.

11 (Q - EQUILIBRIO) O laudo (item 6.12.b) também deve ter tradução juramentada conforme indica o item 7.4? A empresa colocou que são muitos laudos em função dos muitos lotes produzidos.

(R - MS) O MS deixará mais claro no TR esse tópico.

12 (Q - EQUILIBRIO). Sobre pagamento, prazos e carta de garantia, não foi possível verificar no Termo de Referência. Estarão disponíveis essas informações?

(R - MS) São informações específicas do edital e todos terão acesso quando esse for publicado. Quanto ao pagamento a empresa pode optar pelo pagamento postecipado.

13 (Q – SOCIEDADE CIVIL). Ressalta as especificidades da mucosa vaginal e riscos de alergia ao látex e pede que as empresas tenham sensibilidade ao ofertar preservativos neste processo porque o látex é um material que apresenta muitos casos de alergia. Pede-se ainda que o MS realize estudos sobre esse apontamento, pois o preservativo feminino pode permanecer por horas no corpo da mulher.



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DAS IST, DO HIV/AIDS E DAS HEPATITES VIRAIS  
SRTVN Quadra 701, lote D, Edifício PO700 – 5º andar  
70.719-040 – Brasília - DF  
Telefone: (61) 3315-7734

SEMINA e EQUILIBRIO manifestaram-se informando que não utilizam o látex como composição dos seus produtos por entenderem a sensibilidade que o produto requer.

14 (Q - SEMINA). Seria possível realizar contratação com empresa estrangeira representada por empresa nacional para que o contrato seja em dólar?

(R - MS) A empresa pode entrar como representante da estrangeira conforme edital que será publicado.

15 (Q – SOCIEDADE CIVIL) As mulheres que vivem com doença podem apresentar maiores complicações e sensibilidade ao material de látex. Precisamos dessa atenção quando da aquisição.

(R - MS) O MS precisa de estudos que embasem a retirada da opção látex, um levantamento está sendo feito para que não ocorra restrição de concorrência no pregão.

15 (Q – SOCIEDADE CIVIL) Pede-se o comprometimento com o empoderamento da mulher e a liberdade da sexualidade da mulher: pensar na mulher e não só no preço do produto.

(R - MS) O MS responde que está alinhado com essa questão, tanto que realiza a compra dos preservativos femininos que tem um custo muito elevado quando se comparado ao masculino. A aquisição desse insumo é realizada desde o ano 2000, pela necessidade de ampliar as possibilidades de prevenção. Citou também a preocupação com a sustentabilidade do programa para continuidade da política de prevenção.

16 (Q - SEMINA) Poderiam separar a compra por item baseado em cada material?

(R - MS) A compra é centralizada e não há mecanismos para prever a demanda por material específico. A compra de mais de um tipo poderia gerar perdas, o que não é aceitável.

17 (Q – SOCIEDADE CIVIL) Se considerado os custos de hospitalização e tratamento antirretroviral o custo com prevenção é menor, mesmo adquirindo preservativos femininos que tem custo mais elevado.

(R - MS) O MS reafirma seu compromisso com a ampliação de possibilidades para prevenção e e cita a importância de manter a sustentabilidade dessa política.

18 (Q – SOCIEDADE CIVIL) Pede-se que as empresas pensem na saúde da mulher e o material látex seria um retrocesso.

O MS encerrou a audiência pública informando que as adequações do Termo de Referência serão realizadas. Informou ainda que a ata da audiência pública será disponibilizada até dia 10/10/2017 e solicitou que se as empresas que tiverem ulteriores questionamentos que os fizesse para o e-mail da audiência até dia 13/10/2017.